



BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais)

	2013	2012		2013	2012
Ativo			Passivo		
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	3.517	1.554	Fornecedores de materiais e serviços (Nota 12)	44.247	25.041
Aplicações financeiras (Nota 5)	-	48.214	Impostos, taxas e contribuições (Nota 13)	17.946	8.144
Contas a receber de terceiros, líquidas (Nota 6)	2.378	2.089	Partes relacionadas (Nota 16)	118.212	182.683
Partes relacionadas (Nota 16)	18.497	47	Outros passivos	6.480	5.535
Estoques	680	538		186.885	221.403
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 7)	87.206	29.943	Não circulante		
Outros ativos	498	200	Provisão para demandas judiciais (Nota 14)	256.599	259.156
	112.776	82.585	Provisão para descontinuidade de ativos (Nota 15)	68.720	61.264
				325.319	320.420
Não circulante			Patrimônio líquido e recursos de acionistas para futuro aumento de capital (Nota 17)		
Partes relacionadas (Nota 16)	3.962	3.962	Capital social	4.149.782	4.149.782
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 7)	223.120	234.608	Reserva legal	56.894	46.552
Depósitos judiciais (Nota 14c)	67.710	63.165	Reserva especial para dividendos não distribuídos	513.654	319.102
	294.792	301.735	Total do patrimônio líquido	4.720.330	4.515.436
Investimento (Nota 9)	4.419.438	4.284.196	Recursos de acionistas para futuro aumento de capital	39.812	39.812
Imobilizado líquido (Nota 10)	444.950	428.526	Total do patrimônio líquido e recursos de acionistas para futuro aumento de capital	4.760.142	4.555.248
Intangível líquido (Nota 11)	390	29	Total do passivo e patrimônio líquido	5.272.346	5.097.071
	5.159.570	5.014.486			
Total do ativo	5.272.346	5.097.071			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	2013	2012
Receita operacional líquida (Nota 18)	248.571	1.496.888
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas (Nota 19)	(185.020)	(949.966)
Lucro bruto	63.551	546.922
Recargas (despesas) operacionais:		
Comerciais (Nota 20)	(2.080)	(301.124)
Gerais e administrativas (Nota 21)	(2.739)	(144.605)
Resultado financeiro, líquido (Nota 22)	24.134	58.563
Outras receitas (despesas) operacionais (Nota 23)	25.407	(37.154)
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 9)	136.046	(12.804)
	180.768	(437.124)
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social	244.319	109.798
Imposto de renda e contribuição social correntes (Nota 8)	(27.785)	(59.859)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	(9.674)	(24.008)
Lucro líquido do exercício	206.860	25.931
Lucro básico e diluído por lote de mil ações, em reais (Nota 17f)	2,36	0,46

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRENGENTE - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais)

	2013	2012
Lucro do exercício	206.860	25.931
Total dos resultados abrangentes	206.860	25.931
A Companhia elegueu por demonstrar os efeitos tributários de forma individual, não sendo requerida nenhuma divulgação adicional em nota explicativa.		

o) Transações denominadas em moeda estrangeira: Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional (o Real), usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre taxa de câmbio vigente na data da transação e os encargamentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

p) Ajuste ao valor presente: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente. Os de curto prazo são também ajustados quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

q) Estimativas contábeis: A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

A determinação do julgamento e das estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis; a provisão para créditos de liquidação duvidosa; a provisão para perdas no estoque; e a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; o imposto de renda e contribuição social diferidos; as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste ao valor presente de certos ativos e passivos; e a provisão para contingências. A Companhia revisa suas estimativas e premissas trimestralmente.

r) Demonstrações dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

s) Instrumentos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração: Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, partes relacionadas e depósitos judiciais. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são as contas a pagar com fornecedores e partes relacionadas. **Mensuração subsequente:** A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e são classificados assim quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da administração em vendê-los no futuro sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros. A reclassificação para empréstimos, aplicações financeiras e contas a receber, disponíveis para venda no momento do vencimento, depende da natureza do ativo e da intenção da administração. **Investimentos mantidos até o vencimento:** Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desonzo ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. **Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação, que são assim classificados quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 (IAS 39). Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. **l) Mensuração do valor justo:** A Companhia mensura os instrumentos financeiros pelo valor justo na data de cada balanço. Além disso, os valores justos dos instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado. O valor justo é o preço que seria recebido para vender um ativo ou pagar para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo baseia-se na presunção de que a operação de vender o ativo ou transferir a responsabilidade tem lugar que: • No principal mercado para o ativo ou passivo, ou; • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo. O principal ou o mais vantajoso mercado deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou um passivo é medido usando as premissas que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado agem no seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em conta a capacidade de um participante do mercado para gerar benefícios econômicos usando o ativo no seu maior e melhor uso ou vendendo-o para outro participante do mercado que iria usar o ativo em seu maior e melhor uso. A Companhia usa técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para os quais estão disponíveis para mensurar o valor justo de dados suficientes, maximizando a utilização de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são classificados dentro da hierarquia do valor justo, como segue, com base na entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo como um todo: **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; **Nível 2** - técnicas de valorização para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo é direta ou indiretamente observável; e **Nível 3** - técnicas de valorização para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo não é observável.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2013	2012
Caixa e bancos	3.434	1.400
Aplicações financeiras	83	154
	3.517	1.554

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as aplicações financeiras de curto prazo, referem-se a operações de renda fixa junto à instituição financeira por meio de Certificados de Depósito Bancário - CDB, indexados à taxa de 97,0% a 102,5% do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com liquidez imediata.

5. APLICAÇÃO FINANCEIRA

A aplicação financeira, que está registrada no ativo circulante em 31 de dezembro de 2012, está representada por quotas de fundo de investimento não exclusivo, classificado como Multimercado, com remuneração entre 98,5% e 101,1% do CDI. As aplicações financeiras classificadas como não circulante, são resgatáveis em prazo superior a 360 dias.

6. CONTAS A RECEBER COM TERCEIROS, LÍQUIDAS

	2013	2012
Vendas de aparelhos celulares e acessórios	-	691
Contas a receber circulares e compartilhamento	2.378	1.388
Total de vendas e serviços prestados	2.378	2.079
Outros recebíveis	-	10
	2.378	2.089

A seguir apresentamos os montantes a receber, por idade de vencimento (aging list):

	2013	2012
A vencer	2.378	114
Vencidas:		
de 1 a 30 dias	-	3
de 31 a 60 dias	-	40
de 61 a 90 dias	-	354
de 91 a 120 dias	-	-
de 121 a 150 dias	-	180
de 151 a 180 dias	-	1.368
há mais de 180 dias	-	-
	2.378	2.079

A movimentação da provisão para devedores duvidosos é como segue:

	2012	2013
Saldo inicial	56.122	-
Provisão constituída (Nota 21)	40.612	-
Baixa cisão	(57.642)	-
Baixa efetiva	(39.092)	-
Saldo final	-	-

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não constituiu provisão para devedores duvidosos, uma vez que não possui títulos vencidos.

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR - CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

	2013	2012
Imposto de renda sobre aplicações financeiras e outros	5.440	6.394
Imposto de renda e contribuição social antecipação	35	8.184
ICMS a recuperar	108.890	10.798
PIS/COFINS	62.455	4.281
Outros	296	286
Circulante	87.206	29.943
Imposto de renda e contribuição social diferidos	215.354	225.774
ICMS a recuperar	7.766	8.838
Não circulante	223.120	234.608
Total de circulante e não circulante	310.326	264.551

b) Movimentação:

	Equip. de transmissão	Infraestrutura	Equip. de comutação
Custo:			
Saldo em 31/12/2012	163.592	459.222	41.631
Adições	-	3.218	-
Baixas	-	-	-
Transferências	30.781	51.044	(4.644)
Saldo em 31/12/2013	194.373	513.484	36.987
Depreciação:			
Saldo em 31/12/2012	(58.226)	(176.369)	(35.012)
Adições	(22.054)	(57.904)	(1.565)
Baixas	-	-	-
Transferências	(6.013)	5.876	-
Saldo em 31/12/2013	(86.293)	(234.273)	(30.701)
Saldo líquido em 31/12/2012	105.366	282.853	6.619
Saldo líquido em 31/12/2013	108.080	279.211	6.286

Custo: Saldo em 31/12/2012: 163.592; 459.222; 41.631. Adições: -; 3.218; -. Baixas: -; -; -. Transferências: 30.781; 51.044; (4.644). Saldo em 31/12/2013: 194.373; 513.484; 36.987. Depreciação: Saldo em 31/12/2012: (58.226); (176.369); (35.012). Adições: (22.054); (57.904); (1.565). Baixas: -; -; -. Transferências: (6.013); 5.876; -. Saldo em 31/12/2013: (86.293); (234.273); (30.701). Saldo líquido em 31/12/2012: 105.366; 282.853; 6.619. Saldo líquido em 31/12/2013: 108.080; 279.211; 6.286.

Depreciação: Saldo em 31/12/2012: (58.226); (176.369); (35.012). Adições: (22.054); (57.904); (1.565). Baixas: -; -; -. Transferências: (6.013); 5.876; -. Saldo em 31/12/2013: (86.293); (234.273); (30.701). Saldo líquido em 31/12/2012: 105.366; 282.853; 6.619. Saldo líquido em 31/12/2013: 108.080; 279.211; 6.286.

ICMS a recuperar: Saldo em 31/12/2012: 108.890; 10.798. Baixa cisão: (57.642). Baixa efetiva: (39.092). Saldo final: -.

PIS/COFINS: Saldo em 31/12/2012: 62.455; 4.281. Baixa cisão: (57.642). Baixa efetiva: (39.092). Saldo final: -.

Outros: Saldo em 31/12/2012: 296; 286. Baixa cisão: (57.642). Baixa efetiva: (39.092). Saldo final: -.

Circulante: Saldo em 31/12/2012: 87.206; 29.943. Baixa cisão: (57.642). Baixa efetiva: (39.092). Saldo final: -.

Imposto de renda e contribuição social diferidos: Saldo em 31/12/2012: 215.354; 225.774. Baixa cisão: (57.642). Baixa efetiva: (39.092). Saldo final: -.

ICMS a recuperar: Saldo em 31/12/2012: 7.766; 8.838. Baixa cisão: (57.642). Baixa efetiva: (39.092). Saldo final: -.

Não circulante: Saldo em 31/12/2012: 223.120; 234.608. Baixa cisão: (57.642). Baixa efetiva: (39.092). Saldo final: -.

Total de circulante e não circulante: Saldo em 31/12/2012: 310.326; 264.551. Baixa cisão: (57.642). Baixa efetiva: (39.092). Saldo final: -.

Equip. de transmissão: Saldo em 31/12/2012: 163.592; 459.222; 41.631. Adições: -; 3.218; -. Baixas: -; -; -. Transferências: 30.781; 51.044; (4.644). Saldo em 31/12/2013: 194.373; 513.484; 36.987.

Infraestrutura: Saldo em 31/12/2012: 459.222; 176.369; 35.012. Adições: (22.054); (57.904); (1.565). Baixas: -; -; -. Transferências: (6.013); 5.876; -. Saldo em 31/12/2013: (86.293); (234.273); (30.701).

Equip. de comutação: Saldo em 31/12/2012: 41.631; 6.619; 6.286. Adições: -; -; -. Baixas: -; -; -. Transferências: -; -; -. Saldo em 31/12/2013: 36.987; 6.286; 6.286.

ICMS a recuperar: Saldo em 31/12/2012: 108.890; 10.798. Baixa cisão: (57.642). Baixa efetiva: (39.092). Saldo final: -.

PIS/COFINS: Saldo em 31/12/2012: 62.455; 4.281. Baixa cisão: (57.642). Baixa efetiva: (39.092). Saldo final: -.

Outros: Saldo em 31/12/2012: 296; 286. Baixa cisão: (57.642). Baixa efetiva: (39.092). Saldo final: -.

Circulante: Saldo em 31/12/2012: 87.206; 29.943. Baixa cisão: (57.642). Baixa efetiva: (39.092). Saldo final: -.

Imposto de renda e contribuição social diferidos: Saldo em 31/12/2012: 215.354; 225.774. Baixa cisão: (57.642). Baixa efetiva: (39.092). Saldo final: -.

ICMS a recuperar: Saldo em 31/12/2012: 7.766; 8.838. Baixa cisão: (57.642). Baixa efetiva: (39.092). Saldo final: -.

Não circulante: Saldo em 31/12/2012: 223.120; 234.608. Baixa cisão: (57.642). Baixa efetiva: (39.092). Saldo final: -.

Total de circulante e não circulante: Saldo em 31/12/2012: 310.326; 264.551. Baixa cisão: (57.642). Baixa efetiva: (39.092). Saldo final: -.

Equip. de transmissão: Saldo em 31/12/2012: 163.592; 459.222; 41.631. Adições: -; 3.218; -. Baixas: -; -; -. Transferências: 30.781; 51.044; (4.644). Saldo em 31/12/2013: 194.373; 513.484; 36.987.

Infraestrutura: Saldo em 31/12/2012: 459.222; 176.369; 35.012. Adições: (22.054); (57.904); (1.565). Baixas: -; -; -. Transferências: (6.013); 5.876; -. Saldo em 31/12/2013: (86.293); (234.273); (30.701).

Equip. de comutação: Saldo em 31/12/2012: 41.631; 6.619; 6.286. Adições: -; -; -. Baixas: -; -; -. Transferências: -; -; -. Saldo em 31/12/2013: 36.987; 6.286; 6.286.

ICMS a recuperar: Saldo em 31/12/2012: 108.890; 10.798. Baixa cisão: (57.642). Baixa efetiva: (39.092). Saldo final: -.

PIS/COFINS: Saldo em 31/12/2012: 62.455; 4.281. Baixa cisão: (57.642). Baixa efetiva: (39.092). Saldo final: -.

Outros: Saldo em 31/12/2012: 296; 286. Baixa cisão: (57.642). Baixa efetiva: (39.092). Saldo final: -.

Circulante: Saldo em 31/12/2012: 87.206; 29.943. Baixa cisão: (57.642). Baixa efetiva: (39.092). Saldo final: -.

Imposto de renda e contribuição social diferidos: Saldo em 31/12/2012: 215.354; 225.774. Baixa cisão: (57.642). Baixa efetiva: (39.092). Saldo final: -.

ICMS a recuperar: Saldo em 31/12/2012: 7.766; 8.838. Baixa cisão: (57.642). Baixa efetiva: (39.092). Saldo final: -.

Não circulante: Saldo em 31/12/2012: 223.120; 234.608. Baixa cisão: (57.642). Baixa efetiva: (39.092). Saldo final: -.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

continuação

O saldo de bens e instalações em andamento é constituído principalmente por gastos com obras civis e equipamentos para a construção de rede de transmissão. Durante os anos de 2013 e 2012 não ocorreram encargos financeiros relativos a financiamentos para aquisição dos equipamentos em construção ou encerramento das obras de instalação. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não possuía bens do ativo imobilizado dados em garantia de processos judiciais (R\$1.419 em 31 de dezembro de 2012). O ativo imobilizado está sujeito a teste de recuperabilidade quando há indicativo de potencial perda de valor conforme mencionado na nota 3i. **Revisão da vida útil:** A Administração da Companhia revisou a vida útil do seu ativo imobilizado para o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2013. Tal revisão foi suportada com dados históricos, mudança no ambiente econômico em que a Companhia atua e com base na avaliação técnica profissional. Com base na revisão da vida útil econômica remanescente, a Administração concluiu que a estimativa de vida útil do seu ativo imobilizado representa adequadamente a vida econômica do ativo e não identificados ajustes nas taxas de depreciação.

11. INTANGÍVEL LÍQUIDO

	2013		2012	
	Prazo de amortização em anos	Custo Amortizada acumulada	Líquido	Líquido
Direito de concessão	15	9 (1)	8	9
Direito de uso de software	5	492 (110)	382	20
		501 (111)	390	29

b) Movimentação:

	Direito de Concessão		Direito de Uso de Softwares		Outros Ativos Intangíveis		Total
Custo:							
Saldo em 31/12/2012	9	65	137	211			
Adições	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	427	(137)	290	-	-	-
Saldo em 31/12/2013	9	492	-	501	-	-	-
Amortização:							
Saldo em 31/12/2012	-	(45)	(137)	(182)	-	-	-
Adições	(1)	(65)	-	(66)	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	137	137	-	-	-
Saldo em 31/12/2013	(1)	(110)	-	(111)	-	-	-
Saldo líquido em 31/12/2012	9	20	-	29	-	-	-
Saldo líquido em 31/12/2013	8	382	-	390	-	-	-

As licenças de concessão referem-se ao direito de exploração do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM). O prazo para exploração é de quinze anos renováveis por igual período a título oneroso e mediante o cumprimento das condições da concessão, sujeita à fiscalização da Anatel e subordinadas às normas que regulamentam a exploração do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM).

12. FORNECEDORES DE MATERIAIS E SERVIÇOS

	2013	2012
Fornecedores de serviços	40.753	21.343
Aluguéis	3.494	3.698
	44.247	25.041

13. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2013	2012
ICMS a recolher	977	721
PIS e COFINS a recolher	1.022	505
IRPJ/CSLL	12.081	-
Parcelamento Lei nº 11.941/09	-	3.651
Outros	3.866	3.267
	17.946	8.144

A Companhia optou por incluir no parcelamento especial, previsto na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, débitos federais e previdenciários referentes aos tributos IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e INSS. A Administração baseou-se nas relevantes reduções para pagamento a prazo instituídas pela Lei nº 11.941/09, dentre as quais se destaca a redução de 100% dos valores relativos à multa de ofício e de mora. Além das reduções legais acima apresentadas, a referida Lei também possibilita o abatimento dos valores relativos aos juros de mora e multas isoladas com a utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido próprio.

14. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

	2013	2012
Tributárias	240.837	243.025
Cíveis/Consumidores	3.480	4.049
Trabalhistas	1.981	1.781
Regulatório	10.301	10.301
	256.599	259.156

b) Movimentação:

	Cíveis/Consumidores		Trabalhistas		Regulatório		Total
	Tributárias	consumidores	Trabalhistas	Regulatório	Total	Total	
Saldos em 31/12/2012	243.025	4.049	1.781	10.301	259.156		
Adições	14.862	1.352	724	-	16.938		
Baixas	(30.858)	(1.921)	(524)	-	(33.303)		
Atualização monetária	13.808	-	-	-	13.808		
Saldos em 31/12/2013	240.837	3.480	1.981	10.301	256.599		

c) Integração dos depósitos judiciais (registrados no ativo não circulante):

	2013	2012
Tributárias	50.335	43.318
Trabalhistas	2.274	8.015
Cíveis	15.101	10.267
Regulatório	-	1.565
	67.710	63.165

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza tributária, cível, regulatória e trabalhista. A Administração, substanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indicações de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas. As principais contingências são como segue: i) **Tributárias: PIS e COFINS:** A Companhia possui contingência relacionada à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS e outras exclusões na base de cálculo dessas contribuições no valor total de R\$183.933 (R\$176.164 em 2012). Foi constituída provisão no valor integral da contingência. **ICMS:** A Companhia possui autuações fiscais em razão da não tributação de operações e/ou serviços entendidos pela Companhia como não sujeitos à incidência do ICMS bem como em razão da glosa de determinados créditos. A Companhia registrou provisão para contingências no valor de R\$7.799 (R\$22.137 em 2012). **Contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública - EBC:** A Companhia possui contingência relacionada à exigência da referida contribuição no valor total de R\$46.216 (R\$43.322 em 2012). Foi impetrado Mandado de Segurança visando questionar a legalidade da contribuição e os valores

supostamente devidos ainda depositados judicialmente. **Outras contingências tributárias:** A Companhia possui ainda outras contingências fiscais, referentes a questões envolvendo PIS/COFINS e PPNUM. Em dezembro de 2013, o montante é de R\$2.869 (R\$1.402 em 2012). Este valor é atualizado mensalmente pela taxa Selic. **Perdas possíveis:** A Companhia tem processos tributários envolvendo riscos de perda classificados com base na opinião dos seus consultores jurídicos como possíveis, para os quais não foi constituída provisão para contingências. **ICMS:** A Companhia recebeu diversas autuações fiscais que totalizam R\$707.665 (R\$765.552 em 2012), cujos principais objetos são: i) suposto descumprimento de obrigações acessórias; ii) ICMS sobre estorno de débito; iii) crédito de ICMS sobre energia elétrica; iv) substituição tributária, entre outros. Este valor é atualizado mensalmente pela taxa Selic. **PIS e COFINS:** A Companhia possui contingência de PIS/COFINS no valor total de R\$303.787 (R\$453.060 em 2012), decorrente substancialmente de glosas de compensações e supostas insuficiências de recolhimento em razão de glosa de créditos e supostos equívocos na apuração da base de cálculo. A Companhia obteve decisão favorável relativamente ao direito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como a impossibilidade de aplicação retroativa dos artigos 3º e 4º da Lei Complementar nº 118/2005. Apesar dessa decisão judicial ter transitado em julgado, a Fazenda Nacional propôs, em 2013, ação rescisória objetivando sua desconstituição e novo julgamento da matéria, a fim de que seja reconhecida a legitimidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS e fixado o prazo de 5 anos para a repetição do indébito tributário. **FUST/FUNTEL:** A Companhia possui autuações da ANATEL visando a exigência de FUST no valor de R\$77.960 (R\$74.279 em 2012), principalmente em razão da exclusão das receitas de interconexão da base de cálculo do FUST. A Companhia possui ainda autuações fiscais do Ministério das Comunicações exigindo o recolhimento do FUNTEL no valor de R\$24.493 (R\$69.664 em 2012).

TF: Taxa de Fiscalização e Instalação: A Companhia possui contingência referente ao não recolhimento da TFI supostamente devida em razão das renovações das licenças de direito de uso de radiofrequências no valor total de R\$ 272.852 (R\$253.774 em 2012). Referida contingência é avaliada como possível pelos consultores jurídicos da Companhia. **Outras contingências tributárias:** A Companhia possui ainda outras contingências fiscais referentes a questões envolvendo INSS, ISS, Imposto de Importação, IPI e IR. A Administração e seus consultores jurídicos avaliam como possível a perda dessas causas. Em dezembro de 2013, o montante é de R\$25.556 (R\$36.231 em 2012). Este valor é atualizado mensalmente pela taxa Selic. ii) **Regulatórias: PADOS - Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigação (Anatel):** A Companhia discute sobre as penalidades atribuídas em diversos procedimentos de apuração de descumprimento de obrigação (PADO) instaurados pela Anatel. Os processos se encontram em andamento dentro dos trâmites previstos pelo Regimento Interno da Anatel e demais regulamentações pertinentes. Em 31 de dezembro de 2013, com base na opinião dos consultores jurídicos internos regulatórios da Companhia, foi constituída provisão para contingência de R\$10.301 (R\$10.301 em 2012), referente aos processos com a probabilidade de perda provável. iii) **Cíveis e trabalhistas:** Inclui diversas demandas cíveis e trabalhistas, tendo sido contabilizada provisão conforme demonstrado anteriormente, a qual é considerada suficiente para fazer face às prováveis perdas nesses processos. Em relação às demandas cuja possibilidade de perda é classificada como possível, o valor envolvido é de R\$47.458 (R\$148.427 em 2012), para as demandas cíveis e de R\$638.714 (R\$14.871 em 2012), para as demandas trabalhistas. **Caso Patente Lune:** A empresa Lune Projetos Especiais em Telecomunicações Ltda. reclama que as operadoras de telefonia móvel violaram suas patentes relativas à tecnologia para identificação de chamadas. O reclamante inicialmente promoveu o caso de violação de patente na 2ª Vara Cível da Comarca de Brasília, contra a Amercel e posteriormente, como parte dos procedimentos alternativos, promoveu ações contra outros 23 demandados, incluindo todas as companhias do Grupo Claro. Embora a administração acredite que a patente não cubra a tecnologia utilizada pela Companhia para fornecer os serviços de identificação de chamadas, a Companhia não logrou êxito em primeira instância e na primeira apelação. Depois que a sentença foi pronunciada, a Justiça na Comarca do Rio de Janeiro, em uma ação movida por um fornecedor de tecnologia de identificação de chamadas concedeu uma liminar suspendendo os efeitos da patente. Em 21 de março de 2012, a empresa Lune, mediante seus representantes legais, registrou perante um cartório público um ato jurídico que contém uma irretroatável e irrevogável renúncia ao direito sobre todas as reclamações que apresentou contra Amercel S.A. relacionadas à tecnologia de identificação de chamada. Além disso, protocolou petição na ação em referência, a fim de que realmente sejam produzidos os efeitos jurídicos referidos no artigo 269, V, do Código de Processo Civil Brasileiro (renúncia ao direito em que é baseada a ação). Assim, em decorrência da renúncia ao direito sobre todas as reclamações que apresentou contra Amercel S.A. relacionadas à tecnologia de identificação de chamada, a Companhia não precisa, a partir de 2012 reconhecer os passivos contingentes em relação a esse processo.

15. PROVISÃO PARA DESCONTINUIDADE DE ATIVOS

A Companhia mantém registrado provisão para obrigações decorrentes de descontinuidade de ativos pelo seu valor presente, que consiste na capitalização dos custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros. A depreciação dos valores ativados é calculada com base na vida útil dos ativos. Esta capitalização tem como contrapartida uma provisão das obrigações decorrentes de descontinuidade de ativos, descontada ao valor presente de modo a refletir a melhor estimativa corrente, prática em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes. Em 31 de dezembro de 2013, o montante registrado é de R\$21.976 (R\$23.708 em 31 de dezembro de 2012) a débito no ativo na rubrica de imobilizado, líquido da depreciação correspondente e o montante de R\$68.720 (R\$61.264 em 31 de dezembro de 2012) a crédito no passivo, na rubrica de provisão para descontinuidade de ativos no passivo não circulante. Em 31 de dezembro de 2013 as obrigações decorrentes de descontinuidade de ativos foram registradas pelo seu valor presente. As taxas de descontos utilizadas refletem a atual avaliação de mercado referente aos riscos específicos da Companhia. A taxa de desconto foi estimada com base no custo médio ponderado de capital para o segmento, sendo de 7,25% em 2013 (10,5% em 2012). Em decorrência desse procedimento, foram registradas despesas financeiras de R\$11.119 (R\$5.918 em 31 de dezembro de 2012) na demonstração do resultado.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Para as transações abaixo, os preços praticados e demais condições comerciais são acordados em contratos entre as partes. A natureza das transações com partes relacionadas são: (a) **Dividendos a pagar;** (b) **Transações operacionais (aluguel de circuito, interconexão e outros);** Apresentamos, a seguir, um sumário dos saldos e das transações com partes relacionadas:

	2013		2012	
	Natureza da transação	Receita Ativo Passivo (Despesa)	Receita Ativo Passivo (Despesa)	Receita Ativo Passivo (Despesa)
Claro Telecom				
Participações S.A.	(a)	3.962 109.886	- 3.962 109.886	-
AM Telecom				
Americas S.A. de C.V.	(a)	- 1.522 -	- 1.522 -	-
Sercotel S.A. de C.V.	(a)	- 6.804 -	- 6.804 -	-
Embratel S.A.	(b)	1.148 -	121.090 47 -	124.074 -
Cablens do Brasil	(b)	45 -	- -	2.016 (1.563)
Claro S.A.	(b)	17.304 -	- -	62.455 (148.256)
		22.459 118.212	121.090 4.009 182.683	(25.772)
Circulante		18.497 118.212	- 47 182.683	-
Não circulante		3.962 -	- 3.962 -	-

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Efetivos

Daniel Hajj Aboumrad - Presidente do Conselho
Carlos José Garcia Moreno Elizondo - Vice-Presidente do Conselho
Oscar Von Hauske Sólis - Conselheiro
Alberto de Orleans e Bragança - Conselheiro
Alejandro Cantú Jimenez - Conselheiro

Suplentes do Conselho:

Carlos Hernán Zenteno de los Santos - Suplente de Daniel Hajj Aboumrad
Isaac Berensztejn - Suplente de Carlos Jose Garcia Moreno Elizondo
Marcos Medeiros Coelho da Rocha - Suplente de Alberto de Orleans e Bragança
Daniel Alejandro Tapia Mejía - Suplente de Alejandro Cantú Jimenez

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro.

As transações entre Claro Telecom Participações S.A., AM Telecom Americas S.A. de C.V. e Sercotel S.A. de C.V. referem-se a dividendos a pagar e transações financeiras, as quais não possuem atualização monetária e prazo de vencimento. Em função da cisão parcial firmada em 30 de setembro de 2012, a Amercel passou a não operar pela rede de Serviço Móvel Pessoal (SMP), permanecendo na mesma, a rede de Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), portanto os saldos de contas a receber e a pagar com as empresas Embratel S.A., Cablena do Brasil Ltda. e Claro S.A. referem-se, basicamente, a aluguel de circuito à interconexão. Essas transações são mantidas a valor de mercado. **Participação dos empregados nos resultados:** São registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Estas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas em contas específicas nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Vendas e Despesas Gerais e Administrativas. **Remuneração dos Administradores:** Durante os exercícios de 2013 e 2012, as remunerações dos administradores totalizaram R\$79 e R\$412, respectivamente.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social subscrito da Companhia, é de R\$4.149.782, divididos em 86.776.135.489 ações ordinárias nominativas e 824.797.150 ações preferenciais nominativas. A composição do capital social da Companhia é como segue:

	Quantidade de Ações em			
	2013		2012	
	Ordinárias nominativas	Preferenciais nominativas	Ordinárias nominativas	Preferenciais nominativas
Claro S.A.	86.776.135.489	824.797.150	86.776.135.489	824.797.150
	86.776.135.489	824.797.150	86.776.135.489	824.797.150

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de setembro de 2012, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia de R\$4.149.782, dividido em 87.600.932.639 ações, das quais 86.776.135.489 são ações ordinárias e 824.797.150 são ações preferenciais, divididos em 471.838.483 de ações preferenciais da classe A e 352.958.667 de ações preferenciais da classe B. **a) Reserva legal:** A legislação societária brasileira determina que as sociedades anônimas criem uma reserva de até 20% do valor total do capital. Antes dos lucros serem distribuídos, as sociedades anônimas devem apropriar 5% do lucro líquido do exercício, limitado àquele percentual. Em 31 de dezembro de 2013, o valor registrado na rubrica de Reserva Legal foi de R\$56.894 (R\$46.532 em 31 de dezembro de 2012). **b) Direito das ações:** A Companhia possui ações ordinárias e preferenciais de Classe A e B. Cada ação ordinária concede direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais de classe A não têm direito a voto, gozam de prioridade no reembolso do capital sem prêmio e, quanto aos demais direitos, são assegurados os mesmos atribuídos às ações ordinárias. As ações preferenciais da Classe A participam em igualdade de condições com as ações ordinárias: (a) no recebimento dos dividendos; e (b) nos aumentos de capital decorrentes de capitalização de reservas de lucros, sendo-lhes assegurado ainda direito integral a todas as bonificações, desdobramentos e outras distribuições que venham a ser atribuídos, a partir da data de subscrição, às ações ordinárias. As bonificações atribuídas às ações preferenciais serão sempre em ações de mesma espécie e classe. As ações preferenciais da Classe B têm as mesmas características das ações preferenciais da Classe A, remuneradas por um dividendo fixo de um centavo de real por lote de dez mil ações. **c) Dividendos:** Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, será distribuído aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório de 1%, compensados os dividendos que tenham sido declarados no exercício e procedidos os ajustes de que trata o artigo 202 da Lei nº 6.404/76:

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	206.860	25.931
Constituição da reserva legal (Artigo 193 da Lei nº 6.404)	(10.342)	(1.297)
Lucro líquido após apropriação da reserva legal	196.518	24.634
Dividendo proposto - 1%	1.966	247

d) Recursos de acionistas para futuro aumento de capital: Durante o ano de 2005, a acionista Claro Telecom Participações S.A. converteu parte da dívida que detinha contra a Companhia, no montante de R\$99.162, em adiantamento para futuro aumento de capital e posteriormente efetuou a capitalização do montante de R\$59.350, restando R\$39.812 na rubrica de recurso de acionista para futuro aumento de capital. Sobre esses recursos não incidem juros nem atualização monetária. **e) Proposta de distribuição de dividendos adicionais:** Conforme a modificação introduzida pela Lei nº 11.638/07, o lucro líquido do exercício deverá ser destinado de acordo com os artigos 193 e 197 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2013, o lucro remanescente, foi transferido para a conta de proposta de distribuição de dividendos adicionais, até que sua destinação seja deliberada na próxima Assembleia Geral Ordinária. **f) Lucro por ação:**

	2013	2012
Lucro do exercício atribuível aos acionistas da companhia	204.912	25.555
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	1.948	376
Lucro disponível aos acionistas ordinários	206.860	25.931
Denominador (em milhares de ações)	86.776.135	86.776.135
Média ponderada do número de ações preferenciais	824.797	824.797
Média ponderada do número de ações ordinárias	87.600.932	87.600.932

Resultado básico e diluído por ações (lote de mil ações)

	2013	2012
Ação preferencial	2,36	0,46
Ação ordinária	2,36	0,46

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não há diferença entre o cálculo de lucro por ação básico e diluído em função da inexistência de ações ordinárias potenciais dilutivas.

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2013	2012
Serviços pós-pagos	-	467.887
Serviços pré-pagos	-	425.601
Tarifa de uso de meios	248.369	488.887
Roaming	202	26.673
Venda de aparelhos e acessórios	-	87.840
Receita operacional líquida	248.571	1.496.888

19. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	2013	2012
Mão de obra própria	(9.974)	(16.539)
Serviços contratados com terceiros	(34.290)	(45.610)
Aluguéis	(40.546)	(46.692)
Meios de conexão	(6.450)	(29.406)
Taxas e contribuições	(3.952)	(131.207)
Amortização da concessão	-	(44.206)
Depreciação da rede	(86.879)	(170.347)
Interconexão	-	(255.667)
Outros	(2.929)	(17.250)
Custo dos serviços prestados	(185.020)	(756.924)
Custo dos aparelhos e acessórios vendidos	-	(193.042)
	(185.020)	(949.966)